

Cumbre Sindical 2002

POR OUTRO MERCOSUL COM EMPREGO PARA TODOS

O Mercosul completou mais de 11 anos de existência e, apesar da forte crise e paralisia que tem vivido nos últimos 4 anos, ainda demonstra toda sua potencialidade e continua sendo um projeto apoiado pela grande maioria da sociedade dos países que o integram.

Apesar da significativa queda das transações comerciais intra e extra-bloco e das sucessivas pressões da administração estadunidense para a fragmentação do Mercosul, o mesmo permanece como um projeto estratégico para a região. Porém como já temos ditos em todos esses anos, esse esforço é contraditório com as diretrizes de políticas nacionais que esses mesmos governos adotaram nesse período. Sem mudanças estruturais o Mercosul continuará dependente do financiamento externo, dos investimentos estrangeiros e sem autonomia para definir em que bases querem estabelecer suas relações econômicas e comerciais com o mercado internacional. Para superar sua fragilidade atual é preciso a firme decisão de mudar o modelo econômico aberturista e desregulador, que tem gerado maior pobreza com a concentração de riqueza e tem sido fator decisivo para o aumento da exclusão social. Se não houver uma inversão do papel da política e esta for colocada a serviço das demandas da maioria de nossas populações e a não a serviço da estabilidade financeira e dos interesses do grande capital, o Mercosul não será um instrumento de fortalecimento da política externa de nossos países.

Uma das marcas dessa década foram as medidas tomadas para a atração de investimentos externos – vendas de estatais, ganhos especulativos, etc. Entre 1993 e 1998 houve uma entrada maciça de investimentos, mas apenas 15% desses dirigiu-se a novos empreendimentos, a maior parte foi atraída para a compra de estatais e/ou empresas locais. Porém, nos últimos três anos, com o esgotamento das privatizações e aumento da instabilidade financeira os investimentos caíram significativamente. Enquanto que na América Latina, entre 2000 e 2001, os investimentos externos caíram em média 10%, no Brasil e na Argentina, as maiores economias da América do Sul, estes caíram respectivamente 31,5% e 71,5%. Entre 1998 e 2001 os investimentos externos do Mercosul caíram mais de 64% (de 39,76 para 24,12 bilhões de dólares).

Com a internacionalização da economia – impulsionada pela abertura financeira, comercial e principalmente com a política de valorização cambial, produziu-se a quebra nas cadeias produtivas da estrutura industrial e nossos países se tornaram mais dependentes das importações e ficaram com menos possibilidades de geração de tecnologia. O tão apregoado aumento da produtividade decorrente desse processo resultou, sobretudo, de um crescimento econômico medíocre e de uma redução significativa do emprego. Além disso, nos últimos anos da década passada inverteu-se a balança comercial externa do Mercosul, passando a ser deficitária em relação aos EUA e União Européia, seus principais parceiros comerciais.

Todos fatores provocaram uma onda recessiva e com ela a queda do volume de comércio-o principal êxito que apresentava o Mercosul – e, em 2000, as trocas comerciais intra-zona caíram em mais de 30% em relação a 1998 e, no ano passado, o montante de comércio intra-Mercosul voltou aos valores de 1994. E se a Argentina e Brasil têm sofrido os impactos desse retrocesso (entre 1998 e 2000 a balança comercial entre os dois países caiu de 14 para 7 bilhões de dólares), para o Paraguai e Uruguai – que realizam mais de 70% de suas transações comerciais no Mercosul, esses resultados têm sido desastrosos. Além disso, vale lembrar que 60% do comércio intra-zona é intra-empresas, o que vale dizer que a maior parte das médias empresas e a quase totalidade das pequenas empresas tem uma posição marginal nesse movimento comercial.

As conseqüências dessa situação se fazem sentir claramente no plano social e no mercado de trabalho. A PEA do Mercosul é de 94,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras; desse total 66,6 milhões estão ocupados, mas apenas 28,8 milhões têm uma relação formal de trabalho (contrato, benefícios sociais, etc), enquanto que 37 milhões trabalham por conta própria, estão sub-empregados, estão na economia informal ou têm de se submeter a empregos de má qualidade e sem cobertura de direitos trabalhistas básicos (como contrato formal de trabalho, 13º. salário, previdência, verbas indenizatórias) para poder obter algum rendimento. Se somarmos a esses números os mais de 18 milhões de desempregados, teremos um quadro assustador – apenas 36% da população ativa do Mercosul dispõe de uma situação regulada de trabalho.

A queda dos rendimentos, gerada pelo desemprego e marginalização do mercado formal de trabalho, aumentou a pobreza (que atinge a mais de 70 milhões de habitantes do Mercosul) e a marginalização social tem sido agravada pelos sucessivos cortes de gastos públicos – a título de exemplo, mencionamos a porcentagem de gastos em relação ao PIB em áreas fundamentais como a educação (Brasil gasta 5%, Argentina e Paraguai 4% e Uruguai 3%) e saúde (Argentina gasta 4,5%, Brasil 3%, Uruguai 3,6% e Paraguai 1,2%).

Com esse quadro, naturalmente os conflitos sociais se multiplicam através dos milhares *cortes de ruta* na Argentina, das ocupações de terra no Brasil e no Paraguai e das constantes marchas e mobilizações nas principais cidades da região. O povo mais pobre quer comer e viver decentemente e por isso protesta e se manifesta e, como não há políticas e medidas para resolver essa crise social, as respostas têm sido o aumento da repressão policial – chegando a situações perigosas como a que ocorreu no Paraguai, que há pouco mais de dois meses chegou a viver sob estado de exceção. Com isso, se debilita a democracia e aumenta a instabilidade econômica e política.

Temos consciência que nosso papel é defender os direitos e demandas dos trabalhadores e trabalhadoras que representamos nesse processo e nos aliamos aos demais setores sociais organizados para inverter esse quadro. Achamos que o fortalecimento e avanço do Mercosul pode contribuir em muito para isso. Queremos colaborar nesse processo e neste sentido nossa reflexão nesse momento busca seguir uma ação positiva, queremos olhar para a frente. Mas, sabemos que isso não será possível se não reconhecermos que a “herança” que hoje temos não é fruto da casualidade e nem é o destino da região, mas sim o resultado das escolhas que as elites econômicas e políticas de nossos países fizeram nesses anos e das receitas que os organismos financeiros internacionais têm imposto. Por isso insistimos: é preciso adotar medidas urgentes e enérgicas para alterar esse curso do Mercosul, as quais dependem fundamentalmente de mudanças profundas na lógica que tem orientado as políticas nacionais.

Apostamos no Mercosul

Em todo o processo de construção do Mercosul, a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS integrada por 8 Centrais Sindicais da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, manifestou sempre a convicção que o Mercosul seria um instrumento valioso para a perfilar a forma de inserção dos países da região no mercado global e construção de um novo modelo de desenvolvimento, mesmo com a simultaneidade de sua implantação e o processo de abertura comercial, o projeto de construir um mercado comum permitiria que nossos países buscassem formas de complementar suas economias, para superar ou minimizar as perdas, produtivas e comerciais. Sabemos também que a opção por um mercado comum geraria perdas de soberania nacional e enfraqueceria o controle social sobre as decisões do Estado nacional, mas essa perda poderia ser compensada com a criação de organismos de representação política e social comunitários, que garantiriam um processo mais democrático porque sob controle social.

Porém a partir do Protocolo de Ouro Preto, em 1994, ao invés dos temas macroeconômicos, políticos, sociais e estruturais passarem a ter maior destaque na agenda de negociação, ocorreu o inverso e esses temas ficaram relegados ao campo da retórica, devido a duas razões principais: as limitações decorrentes das políticas de ajuste adotadas e a opção por um modelo de regionalismo aberto, onde as negociações externas passaram a condicionar o próprio andamento do Mercosul.

O que se constata é que a ausência de políticas integradas de produção, financiamento e tributação, a desarticulação no relacionamento com os organismos financeiros internacionais e a fragilidade dos mecanismos institucionais existentes debilitaram o processo de integração. Quando os níveis de comércio começaram a cair, em 1999, os conflitos comerciais localizados passaram a ganhar os maiores espaços e, quando a crise econômica e social se aprofundou, o intercâmbio comercial retrocedeu, debilitando mais o bloco.

Ao mesmo tempo, o retrocesso comercial acabou gerando uma situação mais favorável ao debate político sobre o aprofundamento da integração e sobre a natureza estratégica e geopolítica do Mercosul, para o estabelecimento de relações mais equilibradas e soberanas com a União Européia, e na OMC.

Vemos sinais de mudanças e vimos com otimismo as decisões tomadas na última reunião do Conselho do Mercado Comum – CMC em julho passado, relativas à criação do Tribunal Mercosul, à instalação dos foros de competitividade para integração das cadeias produtivas, à campanha pela erradicação do trabalho infantil e a instalação da Secretaria Técnica do Mercosul. Queremos acreditar que essas decisões serão levadas à prática e não serão apenas peças de retórica. Por isso queremos apresentar à sociedade, aos Parlamentos e aos governos do Mercosul um conjunto de propostas que julgamos pode contribuir para a construção do modelo de integração que sempre defendemos: com emprego, direitos e justiça social para todos os cidadãos e cidadãs do Mercosul.

I Temas sociais e trabalhistas

Carta Social – Diante do crescimento da migração espontânea e dirigida (promovida pelas empresas) consideramos necessário instaurar a livre circulação de pessoas no Mercosul e apoiamos a proposta dos Ministros da Justiça, tendo claro porém, que a implementação da mesma tem que ser precedida de uma série de medidas, dentre as quais destacamos: a reinstalação do debate da Carta de Direitos Sociais, pois a

Declaração Sociolaboral não garante iguais condições de trabalho e de direitos aos trabalhadores e trabalhadoras dos quatro países; definição de um sistema de aposentadoria integralizado; criação de um sistema de certificação ocupacional regional, entre outros.

Integração fronteiriça – Dois dos problemas mais explosivos nas regiões de fronteira são o crescimento do desemprego e o alto grau de informalidade das relações de trabalho. Propomos a adoção de algumas medidas concretas para diminuir essas dificuldades: a) Implementação de projetos específicos para o desenvolvimento integrado das regiões de fronteira; b) elaboração de um estatuto trabalhista específico para os trabalhadores de regiões fronteiriças, a ser incorporado como parte da Declaração Sociolaboral (o qual deixaria de ter vigência quando se implantar a livre circulação de pessoas); c) criação dos Comitês de Fronteira integrados pelas autoridades executivas e legislativas e organizações sociais locais, para que seja agilizada a negociação de soluções e a sociedade local possa participar de forma mais propositiva nas tarefas de integração.

Trabalho infantil – A CCSCS criou há mais de dois anos a Comissão pela Erradicação do Trabalho Infantil CETI que vem tentando desenvolver uma série de ações que sensibilizem a sociedade, mapeamento da questão e ação sobre os governos locais e nacionais que priorizem a eliminação do problema. Neste sentido, a CETI se propõe apoiar ativamente o desenvolvimento de ações integradas de fiscalização, com financiamento necessário para o seu exercício; reivindica melhores condições para que a Comissão Sociolaboral possa fazer uma efetiva averiguação do problema e propõe a adoção da bolsa escola como ação positiva que contribua para a erradicação do trabalho infantil através da presença das crianças nas escolas.

Inspeção de trabalho – Deve-se institucionalizar a prática que já vem sendo desenvolvida de inspeções conjuntas realizadas por fiscais do trabalho e representantes sindicais e patronais dos 4 países. A avaliação da troca de experiências efetivadas demonstra que sua institucionalização seria um instrumento de grande ajuda para a melhoria dos padrões laborais do Mercosul.

Seguridade Social – frente a queda das contribuições e do desfinanciamento provocado aos sistemas de seguridade social e saúde em seus distintos âmbitos na maioria dos países do cone sul, é necessário mais que nunca fortalece-los, reivindicando a universalidade dos serviços prestados, a progressividade e integração dos mesmos e um financiamento sustentável com justiça social, eliminando os modelos mercantilistas que tenham como único fim, o lucro; responsabilidade obrigatória dos Estados em benefício dos habitantes da região.

Fortalecimento dos instrumentos de promoção dos direitos trabalhistas - O Mercosul conta com instrumentos para promover a elevação de seus padrões laborais – mas os mesmos carecem de autoridade e têm um peso secundário nas agendas do GMC e CMC. Para garantir o cumprimento da Declaração Sociolaboral aprovada em 1998 é fundamental dotar a **Comissão Sociolaboral** de efetivas e concretas condições de trabalho, não só através do fortalecimento de sua capacidade resolutive, como também da dotação de verbas para a realização de estudos e investigações que sejam necessárias para zelar pelo cumprimento da Declaração Sociolaboral e os documentos internacionais e Convenções da OIT que os quatro países já ratificaram.

Da mesma forma é preciso dar condições efetivas de funcionamento ao **Observatório do Mercado de Trabalho** para que possa tornar-se um organismo técnico capaz de gerar indicadores próprios e confiáveis sobre os diferentes impactos da integração sobre o mercado de trabalho (ao nível setorial e micro, além do macro) e transforma-lo num espaço de análise de problemas e de proposição de políticas e medidas para a geração de emprego e melhoria da qualificação profissional. Consideramos fundamental que o Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul esteja integrado e vinculado à secretaria técnica já aprovada.

II Temas econômicos e produtivos

Integração em matéria fiscal e tributária – Para retomar o comércio é preciso alavancar e integrar a produção e para isso é uma prioridade a **unificação das políticas fiscal e tributária**, para reduzir a carga que hoje penaliza a produção e o comércio e melhorar a distribuição de renda, gerando assim um crescimento do mercado interno e regional. Além disso, devem-se adotar medidas que facilitem o **crédito e acesso a financiamentos**, com linhas especiais para as pequenas e médias empresas, os melhores veículos para a geração de novos empregos.

União Aduaneira e revisão da TEC – A situação de debilidade atual das economias nacionais e os enormes desafios que teremos pela frente no relacionamento externo indicam que é preciso reafirmar e avançar com urgência para a finalização do processo de construção da União Aduaneira.

É inegável que as alterações tarifárias promovidas unilateralmente pelos países do Mercosul nos últimos dois anos, somadas a um elenco de medidas de salvaguardas intrabloco, desformataram a estrutura de tarifa externa do Mercosul aprovada em Ouro Preto. Porém, é insuficiente apenas um ajuste para a eliminação ou

convergências das “perfurações”. É preciso fazer uma completa do quadro tarifário comum, a qual deve ter como base estudos setoriais e contar com a participação do setor privado. Essa definição é base para a formulação de políticas de promoção da produção e integração de cadeias produtivas, para a adoção de eventuais medidas compensatórias e para a negociação de acordos comerciais externos, como a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e com a União Européia.

Produção Industrial e Agrícola

Foros de Competitividade setorial – Para cumprir uma função de alavancamento da produção, esses foros tripartites devem ser a base para a formulação de políticas e medidas de promoção da produção industrial, agrícola e agro-industrial regionais, voltadas não apenas para a exportação mas para a complementação e desenvolvimento dos mercados de consumo e trabalho nacionais e regional.

Em geral, são as grandes empresas as que dispõem de condições para promover a cooperação e/ou complementação produtiva através de sua atuação no mercado – seu papel hegemônico na cadeia produtiva, seu volume de capital, lhes permite construir redes de produção e comércio, sem o apoio ou sustentação de políticas específicas dos Estados. Mas a pequena e média empresa não dispõe das mesmas condições (fragilidade tecnológica e financeira, não dispõe de estratégias de marketing, etc) e no entanto são capazes de gerar mais empregos e podem se integrar também a redes produtivas que extrapolem o Mercosul – atraindo, portanto, investimentos. Por isso os governos não podem reduzir sua participação ao papel de “facilitador de negócios e articulações empresariais”, mas devem conduzir e mediar as discussões e, principalmente traduzir seus resultados em políticas públicas que permitam ações horizontais de promoção da produção. Acima de tudo os Foros de Competitividade devem servir para elaborar projetos de reativação industrial e formular propostas de medidas públicas (crédito, tributária, pesquisa e desenvolvimento, etc) que permitam ao Mercosul dispor a médio prazo de uma política industrial e agrícola regional.

Emprego – Inicialmente, é preciso reconhecer a emergencialidade do problema do desemprego e as conseqüências sociais que o mesmo produz e, coerentemente priorizar a adoção de algumas medidas, dentre as quais propomos:

a) Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que o tema de geração de emprego é parte de todo o esforço de integração econômica e integração da produção e, portanto, deve estar na agenda de Monitoramento Macroeconômico. O estabelecimento de metas fiscais, de controle de inflação, cambio, etc – não devem ter como finalidade única a estabilidade financeira (e cumprimento das metas do FMI) – deve fundamentalmente estar associado e a serviço de uma política de geração de emprego, melhoria da distribuição de renda. Neste sentido deve-se estabelecer metas também para a elevação de padrões sociais (educação, saúde, nutrição, etc).

b) Criação de um Fundo de apoio aos desempregados para atendimento de situações derivadas do processo de integração

c) Além dos instrumentos que já estão sendo analisados (BNDEs, BID, CAF, etc) propor aos Fundos de Pensão priorizar investimentos no Mercosul e definir linhas de financiamento e crédito voltadas a setores e/ou regiões que possam gerar resultados rápidos e empregos.

III Estrutura institucional

Além da estruturação da Secretaria Técnica e implementação do Protocolo de Olivos, é fundamental que o Mercosul aprofunde sua estrutura institucional e principalmente reestruture seus diferentes organismos e espaços de negociação, por meio da racionalização e articulação de suas agendas.

É fundamental que as áreas que envolvam infraestrutura e produção passem a ter um papel preponderante e se integrem numa **Comissão de Políticas Produtivas e Emprego** – que deverá se ocupar dos temas vinculados à reconversão, promoção e complementaridade das cadeias produtiva, geração de empregos, promoção da exportação, desenvolvimento tecnológico, etc. assim como a adoção de mecanismos para a diminuição dos desequilíbrios regionais. Deve abarcar em sua estrutura os subgrupos de industria, agricultura, transporte, energia, minas, telecomunicações, micro-empresas, cooperativas, etc.

Com o mesmo objetivo deve ser criada a **Comissão de Políticas Sociais e Meio-Ambiente** e desta forma propiciar a formulação e implementação de uma política comunitária de desenvolvimento social. Para tanto deverá integrar os subgrupos e reuniões especializadas e ministeriais de tratamento de temas como direitos humanos e trabalhistas, saúde, educação, meio-ambiente e gênero.

Para que tenham um papel executivo e coordenador, as duas Comissões devem ter a mesma hierarquia da Comissão de Comércio e capacidade de incidir e condicionar o desenvolvimento das atividades de harmonização e monitoramento macroeconômicos.

Finalmente queremos renovar com estas iniciativas nossa vocação integracionista. Vocação que temos sustentado nos últimos onze anos com coerência e compromisso, como demonstram as ações realizadas através dos documentos que juntamos a esta declaração.

Seguiremos pois, impulsionando o processo de integração, seguros que, do seu êxito depende o destino de nossos países e a felicidade de seus povos.

Brasília, 5 de dezembro de 2002

Argentina

CGT-CTA

Brasil

CUT- CGT – FS

Chile

CUT

Paraguay

CUT

Uruguay

PIT-CNT